

O impeachment de Dilma Rousseff em Veja e CartaCapital e suas relações com outros acontecimentos histórico-políticos

Dilma Rousseff's impeachment in Veja and CartaCapital and its relations with other historical-political events

El impeachment de Dilma Rousseff en Veja y CartaCapital y sus relaciones con otros acontecimientos histórico-políticos

Recebido em: 25/08/2019

Aceito em: 26/09/2020

DOI: 10.46952/rebej.v10i26.331

RESUMO

O artigo observa como as revistas Veja e CartaCapital relacionam o processo de impeachment de Dilma Rousseff com outros acontecimentos histórico-políticos, mais precisamente: o impeachment de Fernando Collor, Diretas Já e Ditadura Militar. Ao final, observa-se que, em meio as estratégias argumentativas e temporalidades acionadas pelas revistas, ambas resgatam o passado e preveem o futuro quando tentam construir suas explicações sobre o impeachment de Dilma Rousseff e, ainda, que um mesmo acontecimento pode ter sentidos diferentes de acordo com a instância que o produz.

PALAVRAS-CHAVE

Impeachment Dilma Rousseff. Acontecimento. Argumentação. Revista Veja. Revista CartaCapital.

ABSTRACT

The article observes how Veja and CartaCapital magazines relate Dilma Rousseff's impeachment process to other historical and political events, namely: the impeachment of Fernando Collor, Diretas Já and Militar Dictatorship. In the end, it was observed that, amid the argumentative strategies and temporalities triggered by the magazines, both rescue the past and foresee the future while trying to build their explanations about Dilma Rousseff's impeachment. Also we could observe that the same event may have different meanings, according to the instance that produces it.

KEYWORDS

Dilma Rousseff's impeachment. Event. Argumentation. Veja magazine. CartaCapital magazine.



Rejane de Oliveira Pozobon

Doutora em Ciências da Comunicação e professora de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
rejanepozobon@gmail.com

Carolina Siqueira de David

Mestre em Comunicação e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação na UFSM.
caroldedavid@hotmail.com

RESUMEN

El artículo observa cómo las revistas Veja y CartaCapital relacionan el proceso de *impeachment* de Dilma Rousseff con otros acontecimientos histórico-políticos, a saber: el *impeachment* de Fernando Collor, Diretas Já y la Dictadura Militar. Al final, se observó que en medio las estrategias argumentativas y temporalidades desencadenadas por las revistas ambas rescatan el pasado y prevén el futuro cuando intentan construir sus explicaciones sobre el *impeachment* de Dilma Rousseff y que el mismo acontecimiento puede tener diferentes significados según la instancia que lo produce.

PALABRAS CLAVE

Impeachment de Dilma Rousseff. Acontecimiento. Argumentación. Revista Veja. Revista CartaCapital.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O pedido pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, manifestado por advogados de partidos de oposição, foi aceito pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no final do ano de 2015. No dia 17 de abril do ano seguinte, seguiu-se votação no plenário da Câmara dos Deputados que decretou a abertura do processo na instância. O desfecho, por sua vez, foi pronunciado no dia 31 de agosto de 2016, em última votação no Senado Federal.

Em conjunto com a temporalidade da instância política, com seus ritos constitucionais pré-determinados, outras instâncias também tiveram participação nos discursos que circundaram o acontecimento *impeachment* de Dilma Rousseff. A instância midiática, em especial, foi uma das principais responsáveis pela apreensão da realidade na qual o *impeachment* estava submerso.

É função das mídias inserir os acontecimentos em quadros de inteligibilidade, produzir uma narrativa que os explica para que assim possam ser internalizados e reconfigurados por quem os recebe (CHARAUDEAU, 2015). No entanto, essa explicação é permeada por outros acontecimentos, numa mescla de passado e futuro que tentam capturar o presente. É assim que o conceito de acontecimento e as potencialidades que ele detém auxiliam a pensar de que modo as revistas Veja e CartaCapital movimentaram temporalidades ao relatar o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Dessa maneira, analisa-se, a partir da estratégia argumentativa de *comparação* (BRETON, 1999), as análises em Veja e CartaCapital entre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff com outros acontecimentos histórico-políticos ocorridos no Brasil: *Impeachment* de Fernando Collor¹ (1992), Diretas Já (1984) e Ditadura Militar (1964-1985). Para atingir nosso objetivo, analisa-se as edições das revistas que compreendem dois momentos do *impeachment* de Dilma Rousseff: votação na Câmara dos Deputados e última votação no Senado Federal. Nesse sentido, este artigo primeiro discute teoricamente as potencialidades do conceito de acontecimento e a argumentação na instância midiática; depois expõe a metodologia utilizada e, por fim, apresenta a análise e as considerações finais.

55

2 AS POTENCIALIDADES DO CONCEITO DE ACONTECIMENTO

O conceito de acontecimento desenvolve-se a partir de várias conceituações. Pode-se pensá-lo como tudo aquilo que irrompe a normalidade, quebra a norma do dia-a-dia (ALSINA, 2009) ou, simplesmente, como tudo aquilo que acontece: “[...] nada indica que a palavra ‘acontecimento’ tenha deixado de significar o que significou sempre em nossa linguagem corrente: o acontecimento é o que vem de fora, o que surge, o que acontece, o que se produz, o excepcional que se desconecta da duração” (QUÉRÉ, 2012, p. 21).

Não obstante, pode-se pensar o acontecimento como uma volta ao passado ou um alongamento para o futuro (QUÉRÉ, 2005, 2012; FRANÇA, 2012; REBELO, 2006), uma história ou narrativa (QUÉRÉ, 2012, REBELO, 2006; CHARAUDEAU, 2015) ou, ainda,

¹ Durante o seu processo de *impeachment*, Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo de presidente do Brasil, mas mesmo assim o processo foi levado ao final, sendo considerado o primeiro processo de *impeachment* da América Latina.

como um evento “perturbador de quadros” (FRANÇA, 2012; REBELO, 2006; ARQUEMBOURG, 2013). Esses sentidos para o conceito de acontecimento não são excludentes, ao contrário, funcionam conjuntamente para mostrar a dimensão que o acontecimento tem na vida humana, no modo de entender e significar o mundo.

O que se concorda é que o acontecimento é uma mudança de estado das coisas, um processo de transição e que, como todos os processos, por sua vez, culmina em algo novo. O acontecimento “vem a ser, emerge e é o desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma e culminar em acontecimentos” (QUÉRÉ, 2012, p. 22). França (2012, p. 50) também corrobora essa novidade que o acontecimento apresenta: “O acontecimento suscita a não conformação, a renovação – e esta é, sobretudo, do pensamento”.

De acordo com Quéré (2012) o acontecimento tem uma dupla vida. Têm-se, primeiramente, aqueles acontecimentos que simplesmente emergem ao nosso redor, que surgem nos limites da existência e, também, os acontecimentos-objetos, aqueles quais as pessoas podem recortá-los de seu contexto e debruçarem-se sob algum aspecto ou potencial, com o propósito de o entender, investigar e julgar. O autor explica essas duas tipologias: o acontecimento “pode ser encarado como mudança existencial das coisas e nas coisas, em curso em um *specious present*, e também como objeto a identificar, compreender, explicar e avaliar” (QUÉRÉ, 2012, p. 26). Isto é, pode-se entender o acontecimento como um fluxo contínuo de mudanças que acontecem ao nosso redor e, portanto, incompreensíveis em sua totalidade, ou pode-se atentar para aspectos específicos de um acontecimento para compreendê-lo na sua singularidade.

As mídias, com todo seu potencial e histórico de organização da vida sociedade, transformam, a todo instante, os acontecimentos existenciais em acontecimentos-objetos. Elas traduzem, explicam e condicionam o pensamento de quem recebe a informação de acordo com as suas próprias lógicas. Mas, mais do que condicionar, as mídias constroem os acontecimentos ao transformá-los, de acordo com seu olhar, em acontecimento-objetos.

Não só as mídias: cada pessoa, carregada de subjetividades, concede seu próprio olhar para a construção de um acontecimento. Alsina (2009, p. 115) confirma essa construção, isto é, o fato de que é cada observador, ou época, que confere sentido ao que aconteceu: “O acontecimento é um fenômeno social [...] está determinado histórica e culturalmente”. Contudo, são as mídias que têm a possibilidade e credibilidade – o poder da institucionalidade – de levar um único olhar a milhões de pessoas, e é nesse momento que se dá sua importância: “As mídias – a grande mídia, as mídias alternativas – constitui, sem dúvida, o espaço público central da sociedade contemporânea, uma instância e uma instituição de grande força e penetração ímpar” (FRANÇA, 2012, p. 42).

Em paralelo com a dupla-vida do acontecimento de Quéré (2012), Charaudeau (2015) também percebe a estrutura do acontecimento a partir de uma ótica dupla. Para este último, os acontecimentos possuem estados “brutos”, que ainda não dispõem de uma significação e que, portanto, encontram-se “no ‘mundo a comentar’ como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito” (CHARAUDEAU, 2015, p. 95) e estados já “significados”, quando o acontecimento se insere num quadro de

inteligibilidade construído por um sujeito, fazendo dele um “mundo comentado”. O autor salienta que o acontecimento “bruto” nunca chega à instância de recepção dessa forma, isto é, ao receber determinada significação para um acontecimento se recebe também determinados quadros de sentidos que já foram inseridos nessa inteligibilidade. Entretanto, a ressignificação do acontecimento é contínua, a própria instância de recepção pode, ao receber um acontecimento significado, produzir uma nova configuração para este. Para o autor, o acontecimento é sempre construído: “[...] o olhar que estrutura o acontecimento transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo, e o olhar do sujeito interpretante [...] reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 96). O autor deposita todo o entendimento de acontecimento no processo evenemencial, ou seja, no “processo de construção do acontecimento”:

Para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de “pregnância”. (CHARAUDEAU, 2015, p. 99-100, *italico no original*)

A modificação é considerada a ruptura que acompanha, em muitas proposições, o conceito de acontecimento; é a mudança de estado, a evidência que alguma coisa aconteceu. A percepção é referente ao entendimento do sujeito sobre a mudança ocorrida, isto é, a capacidade de ver a descontinuidade no contínuo (ou o inverso). A percepção é acompanhada da “saliência” daquilo que se sobressaiu em relação a continuidade. E, por fim, a significação da modificação é relacionada ao que é digno de interesse para um sujeito, algo que ele produza um raciocínio para entender, uma problematização que implica uma recategorização do mundo pelo efeito de “pregnância”.

Se o presente é importante para inteligibilidade de um acontecimento, o passado e futuro não são menos: “Ao desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (FRANÇA, 2012, p. 47). Em outros termos, os acontecimentos presentes permitem a ligação com acontecimentos passados e também permitem, pela similaridade ou não com o que já aconteceu, que possa se prever as consequências do que recém aconteceu. O acontecimento “[...] cria um passado porque surge a questão de saber o que o provocou e condicionou e cria um futuro porque há interesse por suas potencialidades e suas consequências [...]. Esse passado e esse futuro são relativos ao acontecimento” (QUÉRÉ, 2012, p. 27).

Isto pode ser observado quando as mídias retomam acontecimentos passados no momento que acontece algo similar. Atentados terroristas, catástrofes e desdobramentos da instituição política, como um processo de *impeachment*, por exemplo, são provas disso. Em relação aos primeiros, é comum ver que logo após o desastre ocorrido, há uma retomada de outros desastres similares ao que aconteceu, evidenciando suas causas e consequências a fim de entender esse desastre presente.

O que configura, portanto, o conceito de acontecimento é a reorganização que

o mesmo propõe quando visto como um processo de transição de estados, de mudança. Momento no qual cada pessoa – ou instituição – a partir dos instrumentos possíveis, tanto materiais quanto mentais, evoca quadros de sentidos que afetam escolhas e valores em sociedade.

3 A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO MIDIÁTICO

Todos os procedimentos que buscam entender algo levam a um mesmo caminho: transformar esse algo em discurso, em uma narrativa compreensível tanto para quem constrói quanto para quem percebe o que foi construído. É precisamente o movimento de recortar uma potencialidade do acontecimento e transformá-lo, como já dito, em objeto de julgamento:

Um aspecto do julgamento na investigação é a ordem temporal dos acontecimentos-objetos. Colocar em ordem do ponto de vista temporal é delimitar séries ou ciclos, atribuir-lhes um começo, um desenvolvimento e um fim, um limite *ab quo* e um limite *ad quem*, com um intervalo entre eles. O estabelecimento de tais limites é efetuado pela investigação em referência ao problema ao tratar em determinada situação. Ao serem submetidas à investigação, todas as mudanças são 'fluxos de acontecimentos sequenciais' que formam uma história; elas não são acontecimentos isolados [...]. (QUÉRÉ, 2012, p. 33)

Charaudeau (2015) retira a carga de manipulação “maldosa” que às vezes acompanha o entendimento do funcionamento das mídias. Para ele, toda a informação é sempre deformada, pois é construída e manipulada no momento em que se transforma em um discurso. Conforme Charaudeau (2015), ainda, para que se informe o que aconteceu, é preciso que se dê nome ao acontecimento a fim de que signifique algo em relação aos sistemas de valores daquela sociedade. Este pensamento corrobora o entendimento que cada sociedade nomeia – de modo argumentativo – o que aconteceu por diferentes formas: “genocídio”, “purificação ética” ou “solução final”, de acordo com Charaudeau (2015), são nomes possíveis para um mesmo acontecimento, a morte.

A argumentação, de acordo com Charaudeau (2008), é entendida como do âmbito da “organização do discurso” e não das categorias da língua, ou seja, a argumentação não é um tipo de texto, mas um modo de organização que possui procedimentos e componentes próprios. Para o autor, o cerne da argumentação é o questionamento, uma causa posta em dúvida. Ainda, para haver uma argumentação de fato, são necessários, segundo o autor, outros dois elementos: alguém que promova um raciocínio, que articule um ponto de vista que possa ser aceito para não haver mais dúvida e, consequentemente, alguém que se predisponha a aceitar esse raciocínio, o alvo da argumentação nas palavras do autor.

Charaudeau (2008) discorre mais atentamente sobre a tríade argumentativa – o questionamento, o raciocínio de alguém e a interpretação de outro alguém que pode aderir ou não ao raciocínio – quando expõe que, do ponto de vista de quem argumenta, há uma dupla busca: de uma *racionalidade* e de uma *influência*. A primeira busca um ideal de verdade, uma explicação “verdadeira” para os fenômenos do

mundo, mas esse ideal não é lógico, leva em conta as filtragens das experiências individuais e sociais de cada pessoa, assim sendo, “essa busca do verdadeiro torna-se uma busca do mais verdadeiro, ou seja, do verossímil [...] que depende das representações sócio-culturais compartilhadas pelos membros de determinado grupo [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 206, *itálico no original*). O processo de racionalização possui tanta ênfase para o autor que o mesmo salienta que é a finalidade racionalizante que difere a argumentação dos outros modos de discurso.

Admitimos que argumentar é uma atividade que inclui numerosos procedimentos, mas o que distingue esses procedimentos daqueles de outros modos de discurso é precisamente o fato de que se inscreverem numa finalidade racionalizante e fazem o jogo do raciocínio que é marcado por uma lógica e um princípio de não-contradição. (CHARAUDEAU, 2008, p. 206, *itálico no original*)

Enquanto a busca de *racionalidade* depende mais dos raciocínios de quem argumenta, a busca de *influência* é mais direcionada para que o outro compartilhe a ideia proposta, para que o interlocutor se insira no mesmo universo de discurso a partir de um ideal de persuasão. Pode-se ver que as revistas aqui analisadas buscam uma racionalidade quando narram o acontecimento, isto é, quando propõem explicações para o processo de *impeachment*, isto, por si só, já gera uma influência, pois determinadas operações de pensamento são acionadas para a construção desse universo discursivo.

É possível relacionar a construção de um acontecimento de Charaudeau (2015) com o “modo de organização argumentativa” do mesmo autor (2008). A organização argumentativa depende de três elementos: o questionamento sobre algo, o raciocínio de alguém para explicar esse algo e a interpretação de outro alguém que pode aderir ou não ao raciocínio exposto. O acontecimento, de igual modo, propõe uma explicação – advinda de alguém – sobre uma modificação e, por sua vez, essa explicação também é levada a alguém. Dessa forma, ambas propostas são organizações – construídas e percebidas – sobre o mundo, que são levadas a um outro que pode ou não aceitar essa configuração.

Aliado a esta proposta de Charaudeau (2008), acionamos também a perspectiva das “estratégias argumentativas” de Breton (1999). O autor propõe uma variada gama de “famílias de argumentos”, entre eles, de autoridade, reenquadramento, comunidade, por exemplo. Em pesquisa maior², utilizamos quatro famílias propostas, contudo, devido a extensão deste artigo, optamos por utilizar somente a estratégia argumentativa de *comparação* – que pertence à família de argumentos analógicos – quando há referência a outros acontecimentos políticos ocorridos em território brasileiro: Ditadura Militar, período entre os anos de 1964 e 1985, que compreende a época em que os militares estavam no comando político do Brasil; Diretas Já, movimento que ocorreu em 1984 e que clamava pela votação presidencial direta e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992.

O *corpus* deste artigo, portanto, abrange todas as citações que se referem aos acontecimentos acima citados em duas edições da revista Veja e duas da revista

² Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, de dissertação de Mestrado.

CartaCapital. Dessa forma, são quatro edições analisadas: Veja, Edição 2474 (Edição Extra), de abril de 2016, chamada de "VEJA 1" e CartaCapital, Edição 898, de 27 de abril de 2016, chamada de "CC 1", que compreendem as edições relacionadas à votação na Câmara dos Deputados no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff; e Veja, Edição 2494, chamada de "VEJA 2" e CartaCapital, Edição 917, chamada de "CC 2", ambas de 7 de setembro de 2016, que compreendem a última votação no Senado Federal.

4 O IMPEACHMENT E AS SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ACONTECIMENTOS

A volta ao passado para o entendimento do presente é um movimento que se faz presente nas duas revistas analisadas. Três são os acontecimentos retomados nas comparações de Veja e CartaCapital com o *impeachment* de Dilma Rousseff: o *impeachment* do ex-presidente brasileiro Fernando Collor em 1992, as Diretas Já e a Ditadura Militar.

QUADRO 1 - RELAÇÃO ENTRE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E O *IMPEACHMENT* DE FERNANDO COLLOR EM VEJA

"Dilma Rousseff é hoje mais impopular do que era Collor quando caiu" (VEJA 1, BARROS, p. 16)

"O espectro do impeachment associa, naturalmente, as manifestações anti-Collor aos recentes protestos contra o governo Dilma" (VEJA 1, GAMA, p. 44)

"Então, como Collor, [Dilma] descera a rampa do planalto. E, provavelmente, como ele, não mais voltará" (VEJA 1, BARROS, p. 16)

"Ao contrário de Collor, que deixou o cargo em 48 horas, a presidente ainda pode manter-se na cadeira por quase um mês" (VEJA 1, BARROS, p. 15)

"[Dilma Rousseff] Preservou, assim, o direito de assumir cargos públicos e disputar eleições, ao contrário do entendimento adotado pelo STF no caso Fernando Collor, destituído da Presidência em 1992" (VEJA 2, PEREIRA; BRONZATTO, p. 53)

"Ela [Dilma Rousseff] não impediu o impeachment, mas, graças a uma esdrúxula articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilitação para o exercício de funções públicas" (VEJA 2, PEREIRA; BRONZATTO, p. 53)

"Há também escaramuças políticas. Graças a uma aliança entre PT e PMDB, o Senado preservou o direito de Dilma de exercer funções públicas" (VEJA 2, PEREIRA; SAKATE, p. 60)

Fonte: as autoras.

Nas frases acima, pode-se ver algumas comparações entre o *impeachment* de Dilma Rousseff e o de Fernando Collor. Este último foi o primeiro presidente eleito democraticamente depois da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e seu

impeachment foi o primeiro processo deste tipo levado a cabo no Brasil e na América Latina. A sua impopularidade e casos de corrupção envolvendo o mesmo e seu governo foram o motivo da deposição.

Pode-se ver que, em Veja, há uma comparação entre a impopularidade de Collor e Rousseff que contribui para a argumentação da revista quando esta propõe que deve haver o *impeachment* de Dilma Rousseff: "Dilma Rousseff é hoje mais impopular do que era Collor quando caiu" (VEJA 1, BARROS, p. 16). O que Veja afirma, fazendo uso de um acontecimento anterior já consolidado e de um valor importante da política que é a popularidade, é que Dilma Rousseff é tão impopular, inclusive mais do que Fernando Collor quando foi deposto, e por isso deve ser impedida de governar.

Outra comparação também explicitada em Veja está relacionada às manifestações populares que ocorreram em ambos processos de *impeachment*: "O espectro do impeachment associa, naturalmente, as manifestações anti-Collor aos recentes protestos contra o governo Dilma" (VEJA 1, GAMA, p. 44). Aqui, a questão do resgate do passado se sobrepõe para completar a mesma ideia da frase anterior, a de que ambos processos são tão parecidos que a consequência deve ser a mesma, concepção que, de igual modo, aparece na próxima frase: "Então, como Collor, [Dilma] descerá a rampa do planalto. E, provavelmente, como ele, não mais voltará" (VEJA 1, BARROS, p. 16). Veja tenta, a partir do passado, compreender o presente e apreender o futuro. Para ela, Rousseff, que assim como Collor enfrentava a impopularidade e manifestações contra seu governo, deve ter seu *impeachment* consolidado.

A revista também compara aspectos do *impeachment*, afirmando que pode haver uma espécie de benefício, concedida pela instância política, à ex-presidenta, algo que não houve com Collor. A comparação vai do mais simples: "Ao contrário de Collor, que deixou o cargo em 48 horas, a presidente ainda pode manter-se na cadeira por quase um mês" (VEJA 1, BARROS, p. 15) ao mais complexo, quando afirma que Rousseff "preservou, assim, o direito de assumir cargos públicos e disputar eleições, ao contrário do entendimento adotado pelo STF no caso Fernando Collor, destituído da Presidência em 1992" (VEJA 2, PEREIRA; BRONZATTO, p. 53). No entanto, nota-se, aqui, que mais do que explicitar as diferenças entre os processos de *impeachment*, Veja também explicita sua opinião de que foi por meio de uma "esdrúxula articulação" (VEJA 2, PEREIRA; BRONZATTO, p. 53) e "escaramuça política" (VEJA 2, PEREIRA; SAKATE, p. 60) que Rousseff manteve sua habilitação para o exercício de cargos públicos.

Observa-se, portanto, que em relação à comparação entre o *impeachment* de Rousseff e o de Collor, a revista coloca sua carga argumentativa na referência angariada (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). A escolha das comparações que focam em aspectos como a impopularidade, as manifestações populares e as diferenças em relação a manutenção dos direitos políticos é essencial para estabelecer o modo que Veja compreende o *impeachment* de Rousseff. Dessa forma, a revista retoma aspectos particulares que reforçam seu argumento principal: de que o *impeachment* de Dilma Rousseff deve ser consolidado.

O próximo quadro mostra as frases que, em Veja, relacionam as manifestações pelo *impeachment* de Rousseff com as manifestações pelas Diretas Já.

QUADRO 2 - RELAÇÃO ENTRE AS MANIFESTAÇÕES PELO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E AS MANIFESTAÇÕES PELAS DIRETAS JÁ EM VEJA

"O que se viu nos protestos de antigoverno em 13 de março passado, quando foram registradas as maiores manifestações públicas da história do país [...] Só na Avenida Paulista teriam estado entre 500 000 e 1,4 milhão de pessoas (respectivamente, segundo o Datafolha e a Secretaria de Segurança Pública). O recorde até então era do comício do Anhanhabaú da campanha das Diretas Já, em 16 de abril de 1984, com 400 000 presentes, também de acordo com o Datafolha" (VEJA 1, GAMA, p. 42)

"Avenida Paulista, 2016: O maior protesto já realizado no país teve como marca a 'partidofobia'" (VEJA 1, GAMA, p. 40)

"Em 1984, as manifestações eram protagonizadas por lideranças de peso. Não por acaso, no ato da Praça da Sé estavam presentes três futuros vencedores de eleições presidenciais: Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) [...]. Nos protestos de março de 2016, o sentimento visível era, segundo o cientista político Rubens Figueiredo, o de uma autêntica 'partidofobia' [...]" (VEJA 1, GAMA, p. 43)

"Em março de 2015, os protestos superaram as Diretas Já (1984) e, como numa onda montante, foram crescendo até culminar nas manifestações de março de 2016, as maiores já vistas no Brasil" (VEJA 1, GAMA, p. 18)

"No movimento das Diretas, de fato, não existia a partidofobia. Havia, isto sim, um caráter suprapartidário naquelas verdadeiras festas em favor da democracia [...]" (VEJA 1, GAMA, p. 43)

Fonte: as autoras.

Outra comparação exposta em Veja é entre as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e as manifestações pelas Diretas Já. A comparação é explicitada em números para argumentar que a manifestação pelo *impeachment* de Rousseff em 13 de março de 2016, teve mais que o dobro de pessoas que estiveram na Campanha das Diretas Já em 16 de abril de 1984.

A revista nomeia a manifestação pela deposição de Dilma como o "maior protesto já realizado no país" (VEJA 1, GAMA, p. 40). Além disso, afirma que: "Em março de 2015, os protestos superaram as Diretas Já (1984) e, como numa onda montante, foram crescendo até culminar nas manifestações de março de 2016, as maiores já vistas no Brasil" (VEJA 1, p. 18). Quando se refere às manifestações pelo impedimento de Dilma Rousseff como "maiores já vistas no Brasil", Veja faz uso de uma argumentação pela diferença e singularidade (CHARAUDEAU, 2008), pois apresenta o fato a partir de uma argumentação que apela para o excepcional, o único.

Outra questão visível na comparação entre o *impeachment* de Rousseff e as Diretas Já é relacionada à intolerância partidária entre os brasileiros em relação o primeiro: "Nos protestos de março de 2016, o sentimento visível era, segundo o cientista político Rubens Figueiredo, o de uma autêntica 'partidofobia' [...]" (VEJA 1, p. 43). Aqui pode-se ver que a argumentação ganha força angariando uma estratégia argumentativa de autoridade científica e institucional, quando reproduz a fala de um acadêmico. Nesse trecho da análise, pode-se ver que a revista compara a proporção

de um acontecimento com o de outro, focando tanto em quantidade como nos números – primeira frase do quadro – quanto na qualidade, afirmando que não houve partidos e que dessa forma a manifestação seria “espontânea”. A revista sabe do valor político de uma manifestação popular, ainda mais quando não é liderada por nenhum partido – ou sendo partidofóbica como a revista escreve – e por isso isso destaca certas propriedades e certas quantidades dessa comparação (CHARAUDEAU, 2008). Este é mais um aspecto do acontecimento que legitima a argumentação da revista a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff.

O próximo quadro mostra as frases que relacionam o *impeachment* de Rousseff e as manifestações pelas Diretas Já em CartaCapital.

QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E AS MANIFESTAÇÕES PELAS DIRETAS JÁ EM *CARTACAPITAL*

“A segunda morte das Diretas Já” (CC 1, BELLUZZO, p. 38)

“Apesar da campanha pelas Diretas ter conseguido forte mobilização popular, não foi capaz de vencer as casamatas do poder real que, desde sempre, comandam a política brasileira” (CC 1, BELLUZZO, p. 38)

“Às vésperas das tentativas do segundo assassinato da soberania popular” (CC 1, BELLUZZO, p. 38)

Fonte: as autoras.

63

Bem como a revista Veja, CartaCapital reforça as potencialidades do acontecimento que que legitimam a sua maneira de apreende-lo. Esta última também faz uma volta ao passado para explicar o presente ao denominar o processo que depôs Dilma Rousseff como “A segunda morte das Diretas Já” (CC 1, BELLUZZO, p. 38) ou, em outras palavras, “[...] segundo assassinato da soberania popular” (CC 1, p. 38). Para CartaCapital, o “assassinato” se dá na semelhança de ambos acontecimentos terem tido apoio popular; mas os resultados terem sido antidemocráticos. Na visão da revista: “Apesar da campanha pelas Diretas ter conseguido forte mobilização popular, não foi capaz de vencer as casamatas do poder real que, desde sempre, comandam a política brasileira” (CC 1, BELLUZZO, p. 38).

Nota-se que as duas revistas fazem comparações com os mesmos acontecimentos, no entanto sua maneira de construí-loa são diferentes. Enquanto Veja tenta demonstrar que o apelo popular pelo *impeachment* superou o das Diretas Já, CartaCapital foca na similitude das consequências entre os acontecimentos. A maneira como CartaCapital argumenta neste trecho da análise tem forte relação com sua próxima comparação que é entre o *impeachment* de Rousseff e a Ditadura Militar.

QUADRO 4 - RELAÇÃO ENTRE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E A DITADURA MILITAR EM CARTACAPITAL

"Bem pior que 64" (CC 1, CARTA, p. 16)

"Certo é que o golpe de 2016, a mostrar a nossa imaturidade para qualquer tentativa democrática e fragilidade de quanto foi construída depois da saída do general Figueiredo [...], é muito pior, infinitamente mais assustador do que o de 1964" (CC 1, CARTA, p. 17)

"Está claro, de todo modo, que o golpe de 2016 é infinitamente mais grave do que o de 1964" (CC 2, CARTA, p. 17)

"[...] quando descobriram que o golpe era mesmo contra elas, isto é, contra os direitos dos trabalhadores, agora em 2016, como em 1954 e em 1964" (CC 1, AMARAL, p. 33)

"Hoje temos de constatar que ainda pagamos por aquele 1º de abril [...]. Ainda é pouco em comparação com o preço a pagar pelo golpe de 2016" (CC 1, CARTA, p. 17)

"É o episódio mais trágico que já vivi, pior até do que a ditadura militar. Chegamos a uma ruptura terrível que separa grupos que podiam dialogar e colaborar", diz Renato Janine Ribeiro, 66 anos, professor de Ética e Filosofia Política da USP" (CC 2, BARROCAL, p. 21)

"Filho do presidente João Goulart, deposto em 1964 pelos militares, João Vicente foi ao Senado juntamente com Chico Buarque para apoiar Dilma durante o interrogatório. Para ele, a reação dos que derrubaram a petista repete a história como farsa. 'Os golpistas de 64 também não gostavam de ser chamados assim, eram todos 'revolucionários'" (CC 2, BARROCAL, p. 24)

"Feliz outrora, infeliz agora quem lutou pelo restabelecimento da via democrática e assiste ao mergulho na treva da maior parte da classe política brasileira" (CC 1, BOSI, p. 36)

"Enfim, cuidado! A permissão indiscriminada do porte de armas é um dos projetos vivamente defendidos pelo bando da bala... O seu representante mais radical na Câmara não deixou de tecer louvores aos detonadores do golpe de 64" (CC 1, BOSI, p. 37)

"Veio o golpe, vieram os 21 anos de ditadura civil-militar, com seu aparato de tortura e morte; vieram as impotentes e desastrosas guerrilhas; vieram finalmente a resistência memorável das Diretas Já e a instalação da nova ordem republicana em 1985. É precisamente a âncora dessa ordem fundada na democracia representativa, que está correndo perigo na blitz em prol do impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff" (CC 1, BOSI, p. 36)

Fonte: as autoras.

Para CartaCapital, tanto a Ditadura Militar quanto o *impeachment* de Dilma Rousseff são denominados golpe. A frase "Bem pior que 64" (CC 1, CARTA, p. 16) que estampa a matéria que relaciona os dois acontecimentos, já demonstra a maneira como CartaCapital entende o acontecimento. Nas frases da revista, é visto uma argumentação que resgata tanto as causas, isto é, que no Brasil o "Golpe de 2016" (CC 1, CARTA, p. 17) se dá pela "imaturidade democrática" (CC 1, CARTA, p. 17); quanto as consequências, afirmando que o "golpe" é contra os direitos dos trabalhadores, assim

“como em 1954 e em 1964” (CC 1, CARTA, p. 17), fazendo referência a uma série de obstáculos que podem ser impostos à classe trabalhista.

A comparação em CartaCapital é explícita quando a revista afirma que outra consequência, ou seja, o “preço a pagar” pelo *impeachment* de Rousseff será muito maior do que o preço que ainda é pago pela Ditadura Militar: “Hoje temos de constatar que ainda pagamos por aquele 1º de abril [...] é pouco em comparação com o preço a pagar pelo golpe de 2016” (CC 1, CARTA, p. 17). A mesma ideia segue na seguinte frase: “É o episódio mais trágico que já vivi, pior até do que a ditadura militar [...] diz Renato Janine Ribeiro, 66 anos, professor de Ética e Filosofia Política da USP” (CC 2, BARROCAL, p. 21).

A argumentação da última frase que reproduz a citação de um professor acadêmico conta com a competência científica e geracional da fonte citada, um valor de *autenticidade* que CartaCapital, assim como Veja, legitima sua argumentação já que, segundo Charaudeau (2008, p. 240), a citação “funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber”. Da mesma forma, na próxima frase, a fonte é João Vicente, “filho do presidente João Goulart, deposto em 1964 pelos militares” (CC 2, BARROCAL, p. 24).

Na seguinte frase: “Feliz outrora, infeliz agora quem lutou pelo restabelecimento da via democrática e assiste ao mergulho na treva da maior parte da classe política brasileira” (CC 1, BOSI, p. 36), CartaCapital opina ao entender o momento atual como um “mergulho na treva” por parte da classe política. O futuro também emerge como uma predição e alerta em CartaCapital: “Enfim, cuidado! A permissão indiscriminada do porte de armas é um dos projetos vivamente defendidos pelo bando da bala... O seu representante mais radical na Câmara não deixou de tecer louvores aos detonadores do golpe de 64” (CC 1, BOSI, p. 37). Por fim, há, em CartaCapital, uma frase que envolve os últimos acontecimentos citados, *impeachment* de Dilma Rousseff, Diretas Já e Ditadura Militar:

Veio o golpe, vieram os 21 anos de ditadura civil-militar, com seu aparato de tortura e morte; vieram as impotentes e desastradas guerrilhas; vieram finalmente a resistência memorável das Diretas Já e a instalação da nova ordem republicana em 1985. É precisamente a âncora dessa ordem fundada na democracia representativa, que está correndo perigo na blitz em prol do impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff. (CC 1, p. 36).

Na frase anterior, de modo gradativo e narrativo, a revista vai enumerando uma série de acontecimentos histórico-políticos que contribuíram para o fortalecimento da democracia representativa. Esse modo de argumentação pode ser considerado o que Charaudeau (2008) denomina como *pedagógico*, pois há uma série de elementos que contribuem para uma compreensão.

Outra questão relevante de ser observada é quanto ao modo de demoninação dos acontecimentos. Denominar o *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe contém uma força argumentativa que permeia todo o discurso de CartaCapital e que também denuncia seu posicionamento diante do momento político. Entender, julgar e denominar o *impeachment* como golpe revela a extrema discordância e insatisfação da revista com os rumos políticos do país. Por isso ela reafirma a todo o momento as consequências da Ditadura Militar, numa maneira de lembrar o que foi vivido para que não seja repetido por meio do golpe de 2016. Isto tem relação com o que

Charaudeau (2015) propõe, de que é preciso nomear um acontecimento para que ele signifique algo dentro do sistemas de valores de uma sociedade. Sendo assim, quando CartaCapital nomeia o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe, ela traz todo o imaginário antidemocrático do golpe de 1964, numa maneira de alertar seus leitores para os riscos da consolidação do processo.

Ademais, verifica-se que ambas revistas, ao relatarem o *impeachment* de Dilma Rousseff enquanto acontecimento, procuram materializar a procura de sentido por meio de uma narrativa (REBELO, 2006). Dessa forma, pela estratégia argumentativa de *comparação*, fazem analogias com eventos passados e também previsões do futuro. Isso corrobora a tese de Quéré (2005), de que os acontecimentos são sociais, implicam a coletividade: "é preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto sentido, para que se lhes possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal." (QUÉRÉ, 2005, p. 62).

Todos os resgates são feitos de modo a reforçar e legitimar o modo como as revistas apreendem a realidade, isto é, a sua argumentação sobre o processo de destituição de Dilma Rousseff. Isto faz parte da tríade argumentativa de Charaudeau (2008) uma vez que o *impeachment* é um acontecimento em *questionamento*; construído a partir de um *raciocínio* – por meio da estratégia de comparação – e levado ao público, ou seja, aos *leitores* que podem aderir ou não às teses que as revistas apresentam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

66

O processo de *impeachment* enquanto acontecimento é a explicação que se inscreve sob um questionamento do mundo. As revistas propõem um ponto de vista sobre o que aconteceu, argumentando sobre suas causas e consequências; todavia, na impossibilidade de apreender a *verdade* sobre a realidade, elas apenas expressam suas convicções com o objetivo de influenciar quem as lê para que compartilhem daquele ponto de vista.

Tanto não se pode apreender a verdade sobre o que aconteceu que as revistas, ao construir suas narrativas, expõem comparações distintas quando se referem aos mesmos acontecimentos. Veja, por exemplo, propõe uma comparação assemelhando a força das manifestações pelas Diretas Já com as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff enquanto CartaCapital, ao cotejar o mesmo evento, propõe que a consolidação do processo será "A segunda morte das Diretas Já".

A revista Veja também reforça sua argumentação pela consolidação do processo ao propor semelhanças entre as causas do *impeachment* de Fernando Collor, mas não sem evidenciar o desgosto a alguns "benefícios" concedidos à Dilma Rousseff. Por fim, a Ditadura Militar é revisitada nas páginas de CartaCapital com o objetivo de salientar que o "golpe de 2016 é infinitamente mais grave do que o de 1964". Esta última revista também evidencia as consequências, o "preço a pagar" pelo acontecimento de 2016.

Observa-se então que, em relação ao *impeachment* de Rousseff em Veja e CartaCapital, o passado e futuro constroem o presente; o passado é revistado pelas analogias e o futuro pelas antecipação (REBELO, 2006). Além disso, o verifica-se que as revistas tornam o *impeachment* de 2016 um acontecimento-objeto (QUÉRÉ, 2012) ou um "mundo comentado" (CHARAUDEAU, 2015) de modo que somente

determinadas potencialidades do acontecimento são ressaltadas para que legitimem uma argumentação.

Dessa forma, a partir desta análise e de outros trabalhos (MELO, 2019; VILLEROY; SOARES, 2018; BURG, 2016) pode-se afirmar que Veja tem um posicionamento favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff enquanto CartaCapital é desfavorável ao processo, pautando os riscos que a democracia sofrerá caso o que ela denomina como golpe de 2016 seja concretizado.

Acredita-se que este artigo, alçado nas potencialidades do conceito de acontecimento e na argumentação como metodologia, auxilia a entender como duas revistas brasileiras revisitam outros acontecimentos histórico-políticos para reforçar sua argumentação em relação ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff; além disso, mostra como o jornalismo é um ator político (BORRAT, 1989) que constrói os acontecimentos de forma que legitime sua argumentação.

6 REFERÊNCIAS

- ALSINA, M. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- AMARAL, R. Golpe e Resistência. CartaCapital, Edição 898, abril, 2016, pp. 32-33.
- BARROCAL, A. E fez-se o caos. CartaCapital, Edição 917, setembro, 2016, pp. 20-26.
- BARROS, M. Dilma cai no limbo. Veja, Edição 2474 (Edição Extra), abril, 2016, pp. 14-19.
- BELLUZZO, L. A segunda morte das Diretas Já. CartaCapital, Edição 898, abril 2016, pp. 38-39.
- BORRAT, H. *El periodico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- BOSI, A. Mergulho nas trevas. CartaCapital, Edição 898, abril, 2016, pp. 36-37.
- BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BURG, J. **Os olhares de Veja e Carta Capital sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff**. 2016. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CARTA, M. A inteligência impotente. CartaCapital, Edição 917, setembro 2016, pp. 16-19.
- CARTA, M. Bem pior que 64. CartaCapital, Edição 898, abril, 2016, pp. 16-17.
- CARTA, M; BEIRÃO, N. Do fora Temer ao Diretas Já. CartaCapital, Edição 917, setembro 2016, pp. 36-38.
- CARTACAPITAL. São Paulo: Editora Confiança. Edição 898, ano 22, 27 abr. 2016, 66p.
- CARTACAPITAL. São Paulo: Editora Confiança. Edição 917, ano 22, 7 set. 2016, 66p.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

FRANÇA, V. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, pp. 39-51.

GAMA, R. Brava gente brasileira. *Veja*, Edição 2474 (Edição Extra), abril, 2016, pp. 40-47.

MELO, V. **Abordagens das revistas Veja e CartaCapital sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff**. 2019. 218f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

PEREIRA, D; BRONZATTO, T. O Pecado Original. *Veja*, Edição 2494, setembro, 2016. pp. 48-53.

PEREIRA, D; SAKATE, M. Acabou a lua de mel. *Veja*, Edição 2494, setembro, 2016, pp. 58-61.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, pp. 21-38.

_____. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**: Revista de comunicação, cultura e educação, n. 6, 2005.

REBELO, J. Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento. **Trajectos**: Revista de comunicação, cultura e educação, n. 8-9, 2006.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2474 (Edição Extra), ano 49, 21 abr. 2016, 50p.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2494, ano 49, n. 36, 7 set. 2016, 106p.

VILLEROY, J; SOARES, V. Impeachment da presidenta Dilma: uma análise das capas das revistas Carta Capital e Veja. **Revista Científica Digital** - Publicidade e propaganda, Jornalismo e Turismo, Junho, 2018.